



ÁFRICA/ZÂMBIA - "Boas relações com o governo, mas maior atenção aos mais fracos", escrevem os Bispos

Lusaka (Agência Fides) – Os Bispos da Zâmbia se dizem contrários à repatriação forçada dos refugiados ruandeses que vivem no país e condenam os abusos contra as crianças. É o que emerge de uma articulada Carta Pastoral, enviada à Agência Fides, na qual a Conferência Episcopal da Zâmbia avalia a situação do país e das relações entre Estado e Igreja.

Os Bispos notam que "até agora, as nossas relações com o novo governo são cordiais. Gostaríamos de reiterar o que dissemos aos governos precedentes. A nossa voz profética sobre questões nacionais é motivada pela nossa obrigação divina e pelo desejo de ver o governo operar pelo bem do país e ter sucesso".

Os Bispos expressam apreço pelo que fez o governo para combater a corrupção, mas pedem, porém, um esforço maior, também para evitar o fenômeno do nepotismo na nomeação dos dirigentes públicos.

Sobre a questão dos refugiados ruandeses, os Bispos afirmam: "Desde a independência, a Zâmbia sempre foi um oásis de paz em meio a uma região em conflito. Consequentemente, a Zâmbia se tornou um refúgio para os migrantes. Portanto, estamos profundamente turbados com as denúncias dos refugiados, especialmente os de Ruanda, segundo os quais o Ministério do Interior, de acordo com o Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e eventualmente com o governo ruandês, estaria tentando repatriar forçadamente os refugiados ruandeses".

Entre os problemas sociais do país, os Bispos notam o aumento da violência contra as mulheres e os abusos contra as crianças, definidos "atos indecentes e desumanos". Particularmente grave permanece a difusão da AIDS e do vírus HIV, que "devasta as famílias e constitui uma das maiores ameaças à nossa sobrevivência, seja como nação, seja como continente".

No plano econômico, os Bispos pedem uma melhor distribuição da riqueza derivante da exploração dos recursos minerários do país, onde são frequentes protestos sociais. "Estamos conscientes de que as greves frequentes e as desordens industriais do país são sintomas de insatisfação e injustiça nas relações de trabalho", afirma a Conferência Episcopal. "Deve-se bloquear a tendência, iniciada no início dos anos 90 com a liberalização dos sindicatos, que trouxe consequências indesejadas, como a de enfraquecer as organizações dos trabalhadores".

(L.M.) (Agência Fides 30/1/2012)